

Política pública Trabalhador com diploma também tem mais chance de se manter empregado em meio a uma crise

Empregado com ensino superior ganha o dobro de quem cursa o técnico

Thais Carranço
De São Paulo

Trabalhadores com ensino superior ganham bem mais que aqueles com ensino médio tradicional ou técnico e, em situações de crise econômica, têm mais chances de se manter no mercado de trabalho, preservando seus rendimentos. Essas são algumas das razões pelas quais é necessário dar continuidade às políticas públicas de acesso ao ensino superior, afirmam especialistas.

Quem faz ensino superior no Brasil ganha em média o dobro de quem fez ensino médio técnico e 150% a mais do que quem completou apenas o ensino médio tradicional, mostra levantamento feito pelo Centro de Políticas Públicas (CPP) do Insper a pedido do Valor.

Para realizar o estudo, a equipe do CPP, coordenada pelo economista Naercio Menezes Filho, utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua de 2014, que permite diferenciar os rendimentos daqueles com ensino médio tradicional e técnico. A modalidade de ensino técnico considerada é a subsequente, em que o aluno cursa a formação técnica depois de ter concluído o ensino médio tradicional.

Em 2014, o salário médio da população com 25 anos ou mais era de R\$ 1.866 mensais. Quem fez o ensino médio tradicional, não técnico, tinha rendimento médio de R\$ 1.671. Já quem tinha o ensino técnico completo ganhava em média R\$ 2.065, ou seja, 24% ou R\$ 394 a mais. A renda média de quem tinha ensino superior era de R\$ 4.181, o dobro de quem tinha ensino técnico e 150% a mais do que aqueles com ensino médio tradicional.

Os retornos de renda do ensino superior são menores para quem é mais pobre e maiores para quem é mais rico. Comparando com quem tem apenas o ensino médio tradicional, os mais pobres com ensino superior têm renda 38% maior. Enquanto isso, os mais ricos chegam a ganhar 200% mais, já que costumam cursar as melhores universidades do país e ter acesso às carreiras com maiores salários, como medicina, direito e engenharia.

Ainda assim, o ensino superior

é sempre mais vantajoso que o técnico. Controlando para fatores como gênero, raça, idade e se a pessoa mora em zona urbana ou rural, o estudo revela que o menor retorno obtido por quem tem ensino superior (R\$ 703) ainda assim é superior ao maior retorno de quem tem o ensino médio técnico (R\$ 599).

“O que os dados mostram é que parece valer mais a pena fazer ensino superior, mesmo que a pessoa não tenha um ‘background’ familiar muito bom, que tenha passado por muitas dificuldades e falta de investimento na primeira infância”, afirma Menezes. “Dado que a pessoa concluiu o ensino médio tradicional, os dados mostram que é melhor fazer ensino superior do que o técnico subsequente.”

Essa foi a opção de Claudia Zattieri, de 30 anos e moradora da Praia Grande, no litoral de São Paulo. “Eu sonhava em entrar na faculdade, mas me doía o coração saber que era apenas um sonho, pois essa não era a minha realidade”, conta Claudia. “Minha esperança estava em cursar o técnico de enfermagem pela Etec [Escola Técnica Estadual], para depois fazer uma faculdade.”

Filha de uma família de cinco irmãos, cuja mãe só fez faculdade aos 40 anos, Claudia duvidava de sua capacidade por ter estudado a vida toda em escola pública. Mas sob incentivo da mãe, prestou a prova da Etec e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no qual conseguiu desempenho suficiente para pleitear uma bolsa universitária. “Deus me deu a oportunidade de escolher entre o curso técnico e a faculdade. Optei pela faculdade”, lembra.

A enfermeira não se arrepende da opção. “A faculdade te torna um ser pensante, tem um conteúdo muito mais amplo”, diz Claudia. “Fora o salário muito mais valorizado e a carga horária menor em relação aos técnicos e auxiliares de enfermagem”, afirma ela, que conta ter sofrido preconceito de colegas por ser bolsista do ProUni, programa de bolsas de estudos do governo federal.

Já formada e empregada com bom salário, Claudia conta que “a vida veio e lhe deu uma rasteira”: foi demitida grávida. Entrou com processo contra a empresa

e, a partir da experiência, se encantou pela área do direito. Comemora agora a conclusão da segunda faculdade e aprovação no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). “Minha mãe sempre disse que, com estudo, a gente chegaria onde queria”, diz.

Embora os dados da Pnad de 2014 e a experiência pessoal de Claudia sugiram uma clara vantagem do ensino superior em relação ao ensino médio tradicional e técnico em termos de retornos de rendimentos, o chamado prêmio salarial da educação variou bastante ao longo do tempo, lembra Rogério Barbosa, sociólogo e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) da Universidade de São Paulo (USP).

Segundo Barbosa, isso fica evidente no comportamento recente dos retornos da educação para quem tem ensino superior — isto é, no quanto se ganha a mais de salário por se ter mais estudo. Após forte crescimento no “milagre econômico” durante a ditadura militar, desde a década de 1990, esses retornos estavam em queda, acompanhando os avanços educacionais do período. Ou seja, com mais gente educada, o “prêmio” pago pelo mercado pela educação diminuiu.

No entanto, a partir de 2014, esse processo de queda do retorno da educação estanca, sem que houvesse um aumento da demanda por mão de obra qualificada, já que o país mergulhava naquele momento na crise. Para Barbosa, isso aconteceu porque os trabalhadores mais privilegiados — aqueles com ensino superior, empregos formais, que são profissionais liberais ou trabalham em grandes empresas e têm redes de contatos que facilitam na hora de procurar emprego — conseguem se proteger melhor em situações de recessão.

“Boa parte do que a gente chama de efeito da educação tem a ver com essas outras coisas que estão embutidas, a qualidade das instituições que protegem os trabalhadores de diferentes níveis no mercado de trabalho”, diz Barbosa. “Uma parte da piora recente da desigualdade e do aumento do retorno pela educação [na crise] tem a ver com o fato de que as pessoas lá embaixo pioraram de situação, logo, a vanta-



Naercio Menezes Filho, do Insper: “Tem espaço ainda para aumentar bastante as matrículas no ensino superior”

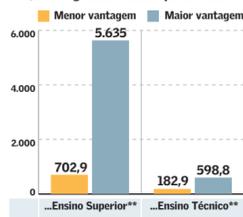
Vantagem educacional

Ensino superior é mais vantajoso em termos de retorno de renda

■ Rendimento da população com 25 anos ou mais (R\$)

| | Total | Ensino Médio tradicional compl. | Ensino Médio técnico compl. | Ensino Superior completo |
|--------------|-------|---------------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| Média | 1.866 | 1.671 | 2.065 | 4.181 |
| Mais pobres* | 480 | 724 | 724 | 1.000 |
| Mediana* | 1.200 | 1.200 | 1.500 | 2.800 |
| Mais ricos* | 3.600 | 3.000 | 3.500 | 9.000 |

■ Quanto ganha a mais quem tem...



Fontes: Pnad 2014/IBGE e OCDE. Elaboração: CPP, Insper. *Mais pobres, mediana e mais ricos correspondem aqui respectivamente aos percentis de renda P10, P50 e P90. O P10 é a pessoa que tem renda menor do que 90% da população. O P90 é o ponto que está exatamente no centro da distribuição. O P90, a pessoa que tem renda maior do que 90% da população. **Em relação a quem tem Ensino Médio tradicional completo, controlando para fatores como gênero, raça, idade e região urbana ou rural.

■ Educação superior em países selecionados (%)

| País | População entre 25 e 34 anos |
|----------------|------------------------------|
| Coreia do Sul | 69,8 |
| Estados Unidos | 47,8 |
| Média OCDE | 44,5 |
| Portugal | 34 |
| Chile | 29,9 |
| Colômbia | 28,1 |
| Brasil | 16,6 |

gem relativa dos que estão em cima aumentou”, argumenta.

Assim, para Barbosa, garantir mais formalização e segurança aos trabalhadores é fundamental, já que não é só a educação que justifica a diferença de produtividade entre os profissionais. Mas tanto ele, como Menezes avaliam que é necessário dar

continuidade às políticas de acesso ao ensino superior.

“É preciso continuar aumentando vagas”, diz o professor do Insper. “Já houve um grande aumento nos últimos anos e o diferencial de salário continuou elevado. Significa que tem espaço ainda para aumentar bastante as matrículas no ensino superior”,

acrescenta, defendendo ainda a continuidade das políticas de ação afirmativa para minorias.

Para Simon Schwartzman, membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a discussão sobre políticas públicas para a educação de nível mais avançado não deve se resumir a uma oposição simples entre a opção por mais ensino superior ou técnico.

O sociólogo lembra que países como Colômbia (28%) e Chile (30%), Portugal (34%), Estados Unidos (48%) e Coreia do Sul (70%) têm níveis de população entre 25 e 34 anos com educação superior muito acima do Brasil (17%). Mas que, em muitos desses países, os elevados percentuais refletem uma diversidade de modelos de ensino superior, para além do universitário, que é baseado no tripé ensino, pesquisa e extensão.

“Nosso sistema de ensino superior é muito deficiente. Por exemplo, cursos tecnológicos, que são cursos curtos, o governo federal praticamente não oferece. Quase toda a oferta que se tem no Brasil hoje, que é pouca, é do setor privado”, afirma. “O governo poderia investir muito mais em oferecer alternativas de formação de nível superior mais práticas, mais curtas.”

Efeito da educação sobre desigualdade é limitado no curto prazo

De São Paulo

A expansão da educação não é suficiente para reduzir sozinha a desigualdade e a pobreza do Brasil. Segundo estudo do economista Marcelo Medeiros e dos sociólogos Rogério Barbosa e Flavio Carvalhaes, apenas intervenções muito radicais e improváveis no ensino poderiam reduzir a desigualdade da renda do trabalho de maneira significativa. Ainda assim, seriam necessárias muitas décadas para que elas tivessem efeito completo.

No estudo, cujos resultados foram publicados no artigo “Educação, desigualdade e redução da pobreza no Brasil”, disponibilizado para discussão no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os autores simulam o que poderia ter acontecido se melhorias substanciais no sistema educacional tivessem acontecido em décadas passadas.

Para isso, são criados cenários hipotéticos em que toda a força de trabalho tivesse no mínimo ensino médio completo, superior incompleto e superior completo. Nesse último caso, considerando diferentes tipos de cursos, como formação de professores e ciências da educação, economia, administração e negó-



Marcelo Medeiros, do Ipea, um dos autores do estudo, segundo o qual “a educação não é uma panaceia distributiva”

cios, direito e medicina.

Os autores atribuem o efeito desses níveis educacionais à renda do trabalho dos adultos (18 a 64 anos), deixando outros efeitos e fontes de rendimento inalterados. Usando esses rendimentos simulados, recalculam as medidas de pobreza e desigualdade, medida pelo

coeficiente de Gini — métrica de desigualdade que varia de 0 a 1, sendo zero a perfeita igualdade.

Considerando ainda a inércia demográfica — ou seja, que leva tempo até que as novas levas de pessoas qualificadas passem a representar parcela relevante do mercado —, os autores escolhe-

ram quatro momentos históricos para simular a realização das mudanças educacionais hipotéticas: 1956, 1974, 1988 e 1994.

Os resultados encontrados são pouco animadores para quem acredita na educação como principal alternativa para a redução da pobreza e da desigualdade:

seria necessário mais de meio século (ou que a intervenção tivesse ocorrido em 1956) e que toda a força de trabalho tivesse ao menos ensino superior para uma redução de mais de 10% da desigualdade observada em 2010.

Se o Brasil tivesse efetuado a reforma em 1994, assegurando que todos os estudantes sássem do sistema com no mínimo o ensino médio completo, a desigualdade em 2010, teria sido reduzida em apenas 2%. Medeiros, Barbosa e Carvalhaes comparam esse resultado com outras medidas possíveis para reduzir a desigualdade.

Segundo eles, o resultado dessa reforma hipotética de 1994 seria semelhante a uma reforma tributária simples e implementada em único ano, apenas alterando algumas regras do imposto de renda, o que provocaria uma redução de 2% a 3% nos níveis de desigualdade. Uma redução de 5% ao ano nos diferenciais salariais devido às desigualdades de raça e gênero, ao longo do mesmo período das mudanças educacionais (de 1994 a 2010), resultaria em queda de 2% na desigualdade.

“As simulações nos levam a ver alguns dos limites acerca do que a educação pode de fato ou poderia fazer pela desigualdade e pobreza”, escrevem os autores.

“Seriam necessárias muitas décadas até que a inércia demográfica fosse deixada para trás e mudanças sobre a distribuição de renda se tornassem efetivas. E, ainda assim, apenas reformas radicais seriam capazes de produzir quedas substanciais na desigualdade.”

Barbosa explica que a intenção do estudo foi mostrar que investimentos em educação são projetos de longo prazo. “Eles não lidam com a desigualdade no curto prazo”, afirma o pesquisador, reforçando que uma mudança do Imposto de Renda ou a redução da discrepância salarial de raça e gênero poderiam ter efeitos semelhantes, exigindo talvez menor esforço social e com resultados mais rápidos.

Não se trata de diminuir a importância das políticas educacionais, reforçam os autores. Mas de reconhecer “que objetivos distributivos não podem ser majoritariamente perseguidos pela via da educação”, escrevem. “A educação não é uma panaceia distributiva.”

Em temporada nos Estados Unidos, Medeiros é pesquisador do Ipea. Barbosa, do Centro de Estudos da Metrópole da Universidade de São Paulo (USP). E Carvalhaes é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (TC)